

PROCURADORIA-SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM MARINGÁ

PROCESSO SELETIVO 01/2026

INSTRUÇÕES AO CANDIDATO

(Conforme item 5 do edital 01/2026)

1. Resposta: A transcrição definitiva da resposta deve constar na folha de resposta. O que estiver no rascunho não será avaliado.
2. A prova deve ser respondida em língua portuguesa oficial, com letra legível e texto logicamente estruturado. Caligrafia incompreensível resultará em nota zero na questão. Utilize apenas caneta esferográfica de tinta azul ou preta. Respostas a lápis não serão objeto de revisão ou correção.
3. Sua folha de resposta será identificada com seu respectivo número de inscrição.
4. Duração: 03 horas, início às 14 horas e término às 17 horas.
5. A prova discursiva conterà 02 (duas) questões de até 25 linhas, com pontuação máxima de 50 (cinquenta) pontos cada e 100 (cem) pontos no total.
6. Não será permitida consulta de qualquer espécie, utilização de corretivo, utilização de dispositivo eletrônico que possibilite comunicação externa, nem comunicação entre os candidatos, sob pena de desclassificação sumária.
7. Saída da Sala: Ao terminar, entregue o cartão de respostas ao fiscal de sala.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO (ITEM 5.2 DO EDITAL)

A correção será rigorosa quanto aos seguintes aspectos:

Uso correto do vernáculo: Clareza, coesão e correção gramatical.

Técnica Redacional: Estrutura lógica de início, meio e fim.

Conhecimento Jurídico: Domínio dos conceitos jurídicos e princípios solicitados.

QUESTÃO 1 (Valor: 50,00 pontos)

“Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos.” — Artigo 1º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III) em 10 de dezembro 1948.

O conceito de direitos fundamentais está intrinsecamente ligado ao nascimento do constitucionalismo moderno, o qual pode ser entendido como o movimento político e jurídico que visa limitar o poder arbitrário do Estado por meio de uma Lei Maior (a Constituição), garantindo, em contrapartida, esferas de liberdade e dignidade aos indivíduos.

Nesse contexto, os direitos fundamentais surgem como a concretização jurídica desses limites impostos ao Poder Público, posto que representam os valores essenciais de uma sociedade, evoluindo ao longo da história para abranger não apenas liberdades individuais (como a vida e a propriedade), mas também direitos sociais, econômicos e coletivos. No Brasil, a Constituição Federal de 1988 consolidou esses direitos como cláusulas pétreas, servindo de base para todo o ordenamento jurídico e para o controle de constitucionalidade realizado pelo Poder Judiciário

Os direitos fundamentais são classificados por vários critérios, porém o critério dimensional é o mais comentado e estudado pela doutrina moderna. Esse critério é originário dos lemas da revolução francesa de 1790, quais sejam: liberdade, igualdade e fraternidade.

A Constituição Federal de 1988 é o marco da redemocratização brasileira, estabelecendo um vasto rol de direitos e garantias fundamentais que limitam o poder do Estado e protegem a dignidade da pessoa humana. Dentre esses direitos, destaca-se o remédio constitucional do Mandado de Segurança, previsto no artigo 5º, inciso LXIX:

LXIX - conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por "habeas-corpus" ou "habeas-data", quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público;

Considerando os princípios que regem os direitos fundamentais na CF/88, redija um texto dissertativo abordando os seguintes tópicos:

1.____ Conceitue Direito Fundamental, dando ao menos 3 exemplos de direitos fundamentais elencados na Constituição Federal de 1988, bem como explique e diferencie os direitos fundamentais de 1ª e 2ª dimensões, indicando a quais valores da revolução francesa estão ligados.

2.____ Discorra sobre o princípio da Inviolabilidade do Domicílio (Art. 5º, XI, CF): apresente a regra geral e ao menos duas exceções constitucionais que permitem a entrada na residência sem o consentimento do morador.

3.____ Comente sobre a importância da Garantia do Devido Processo Legal como base para a proteção de todos os demais direitos no ordenamento jurídico brasileiro.

QUESTÃO 2 (Valor: 50,00 pontos)

Veja o que Ricardo Alexandre (2025, p. 691-2) diz sobre inscrição em dívida ativa:

“Em termos pragmáticos, inscrever em dívida ativa é incluir um devedor num cadastro em que estão que não adimpliram suas obrigações no prazo. Na esfera federal, a ‘repartição administrativa competente’ para inscrição em dívida ativa é a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, órgão do Ministério da Fazenda. Nos âmbitos estaduais e municipais, a regra é que a competência seja das respectivas procuradorias judiciais.

Em virtude da inscrição, via de regra, fica a cargo de um órgão de representação judicial, alguns autores enxergam no ato de inscrição um importante mecanismo de controle de legalidade de todo o procedimento

administrativo que se iniciou logo após o fato gerador e culminou com o encaminhamento para a inscrição em dívida ativa, pois se trata da primeira vez em que a matéria será submetida a alguém necessariamente graduada em direito (o procurador da fazenda ou cargo equivalente).

(...)

No ato de inscrição, a Fazenda Pública unilateralmente declara que alguém deve e elabora um documento que dá presunção de liquidez e certeza da existência de tal débito. Trata-se de mais uma manifestação de presunção de legalidade, legitimidade e veracidade, atributo presente em todos os atos administrativos, inclusive o de inscrição do débito em dívida ativa.

Nessa linha, o STJ tem entendimento firmado no sentido de que as planilhas elaboradas unilateralmente pela Fazenda Pública constituem prova idônea, gozando de presunção de veracidade e legitimidade, por consistirem em verdadeiros atos administrativos enunciativos, não se comparando a meras declarações particulares, como defendia o contribuinte executado (REsp 1.298.407/DF).”

Situação Hipotética: O "Iguaçu-Ingá Futebol Clube", tradicional agremiação da região, possui diversos débitos tributários de natureza federal pendentes. Após o regular processo administrativo, a Procuradoria da Fazenda Nacional (PFN), por meio de seus Procuradores, procedeu à inscrição desses débitos em Dívida Ativa da União.

O clube, contudo, alega que já efetuou o pagamento integral da dívida meses atrás e possui os comprovantes guardados. Sentindo-se lesado pela inscrição, que impede a obtenção de Certidão Negativa de Débitos (CND), a diretoria do time planeja impetrar um Mandado de Segurança contra o Procurador da Fazenda Nacional responsável pelo ato de inscrição, visando a imediata suspensão da exigibilidade do crédito e a baixa na dívida ativa.

Com base nesse cenário e nos conceitos de Direito Constitucional, Processual e Tributário, redija um texto que responda aos seguintes itens:

1. Defina o que é o Mandado de Segurança e indique seus fundamentos normativos.

2. Explique por que, no rito do Mandado de Segurança, é indispensável a existência de "prova pré-constituída", fazendo um paralelo com a impossibilidade de dilação probatória (produção de novas provas, como perícias ou testemunhas) nesse procedimento.

3. Diante do caso hipotético apresentado, é cabível a utilização de Mandado de Segurança em matéria tributária? Justifique sua resposta abordando a finalidade deste remédio constitucional frente a atos de autoridades públicas.